

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA ACO MUNICIPAL "PREFEITO JOÃO SOARES FRAÇOSO": MOVA LONDRINA

Praça da Matriz, 261 – Fone-Fax (044) 3432-8500. Centro CEP: 87970-000 – **NOVA LONDRINA - PARANÁ**

pmnl@novalondrina.pr.gov.br

v.br 347

======

PROJETO DE LEI Nº 060/2024

29 de maio de 2024

Miguel Pinheipolarillero
Assossor Lerrata 1111

SÚMULA:-

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.610/2023, E SOBRE A INCLUSÃO DA META DE TRABALHO NA LEI Nº 3.338/2021, DO PPA 2022 A 2025, E NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LEI MUNICIPAL Nº 3.598/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Londrina, Estado do Paraná, Otávio Henrique Grendene Bono, no uso de suas atribuições legais, submete à consideração da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Nova Londrina, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Nova Londrina, para o exercício de 2024, crédito adicional ESPECIAL, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ORGÃO: 05000 - Secretaria de Obras e Urbanismo UNIDADE: 05001 - Secretaria de Obras e Urbanismo

PROGRAMA DE	TRABALHO (APLICAÇÃ	0)	Recurs	o de Tod	Crédito Especial das as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	S F	G N D	VALOR
	43 MANUTENÇÃO DOS				
		res) - Exercicio Corrente			
339034: Outras	Despesas de Pessoal D	Decorrentes de Contratos	de Terceir	ização (468)R\$ 82.000,00
ÓRGÃO: 08000 -	Secretaria de Assistenci	a Social_			
UNIDADE: 08003	- Manutenção da Secret	taria de Ação e Promoção S	Social		
PROGRAMA	DE	TRÁBALHO			(APLICAÇÃO)
Crédito Especial					
			Recurs	o de Tod	das as Fontes R\$ 1,00
			c	G	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	5	N	VALOR
			F	D	
FONTE: 1000 Re	ecursos Ordinarios (Livi	SEC. DE ASSISTÊNCIA SO res) - Exercicio Corrente nanente			R\$ 5.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.....R\$ 87.000,00

Art. 2º Para utilização do Crédito Adicional ESPECIAL, disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado a tendência de excesso de arrecadação no valor total de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), provenientes da seguinte forma:

TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

R\$ 87.000,00

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias, conforme descritas nos artigos 1º e 2º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 3.338/2021, com vigência nos exercícios de 2022 a 2025, e, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias instituída pela Lei Municipal nº 3.598/2023.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, 29 DE MAIO DE 2024.

Otávio Henrique Grendene Bono Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA UNICIPAL "PREFEITO JOÃO SOARES FRAGOSO"

Praça da Matriz, 261 – Fone-Fax (044) 3432-8500 – Centro CEP: 87970-000 - NOVA LONDRINA - PARANÁ pmnl@novalondrina.pr.gov.br

MENSAGEM

Anexa ao Projeto de Lei nº 060/2024

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminhamos à apreciação desta Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 060/2024, que autoriza abertura de crédito adicional especial na LOA - Lei Orcamentária Anual nº 3.610/2023, e sobre a inclusão da meta de trabalho na Lei nº 3.338/2021, do PPA 2022 a 2025, e na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº 3.598/2023, e dá outras providências.

Este Projeto de Lei tem por finalidade abrir crédito adicional especial para a execução da despesa orçamentária do Termo de Cooperação nº 263/2023 firmado entre o Município de Nova Londrina e o Departamento de Polícia Penal - DEPPEN / Cadeia Pública de Nova Londrina com objetivo de proporcionar ocupação laborativa aos apenados do sistema penal do Estado do Paraná (utilização da mão de obra dos presos), o valor previsto para estes serviços até o final do exercício financeiro de 2024 é de R\$ 82.000,00, os quais são executados na Secretaria de Obras e Urbanismo. (Anexo cópia do Termo de Cooperação nº 263/2023).

Este Projeto de Lei também abre crédito adicional especial no âmbito da Secretaria de Assistência Social no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes como: notebook, celular e impressora.

A despesa orçamentária será executada com recursos próprios decorrentes da tendência de excesso de arrecadação da receita orçamentária: 1.7.2.1.50.0.1.00 -COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL.

Na certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres vereadores, aproveitamos para reiterar votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE MAIO DE 2024.

OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO

Prefeito Municipal





TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 263/2023 - SESP / DEPPEN

Termo de Cooperação que entre si celebram o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL — DEPPEN / CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, com a interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA — SESP, visando à reinserção social dos apenados, através de atividades laborativas.

PROTOCOLO N°. 20.855.868.4

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN, situado na Rua Maria Petroski, 3.312, Bacacheri, CEP 82.600-730, Curitiba – PR, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Senhor OSVALDO MESSIAS MACHADO, RG 3.426.728-6 /PR, com interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SESP, situada na Rua Cel. Dulcídio, 800 Batel, CEP 80.420-170, Curitiba – PR, neste ato representada por seu Secretário, Senhor CEL. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA, RG n.º 5.546.799-4, através da CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA, aqui representada por seu Diretor, o senhor JOÃO CARLOS LANGE, e de outro lado a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.044.984/0001-04, situado na Praça da Matriz, Centro, CEP 87970-000, Nova Londrina/PR, representada neste ato pelo Prefeito, Senhor OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO, doravante denominados, respectivamente, apenas DEPPEN e COOPERADA, com fulcro no artigo 184 da Lei n.º 14.133/2021, e no artigo 661 do Decreto Estadual 10.086/2022, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Em cumprimento do princípio constitucional de respeito à dignidade do ser humano e atendimento das finalidades educativa e produtiva do trabalho do condenado, nos termos do art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP), Lei n.º 7.210/84, a ação conjunta entre os participes têm por objetivos prioritários e específicos:

- I promover a reinserção social dos apenados através de atividades laborais e educacionais;
- II permitir a redução da pena, por meio de atividades laborativas;
- III promover a ressocialização dos apenados, conferindo-lhe participação ativa na sociedade, qualificando-o e transformando sua realidade interior e exterior;
- IV incrementar as atividades laborais dos condenados, permitindo-lhes o encontro de suas reais vocações, em cumprimento à Lei n.º 7.210/84 e aos princípios jurídicos implícitos e explícitos nela contemplados;

Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100 Tel 41 3294-2974

1





V – contribuir, por via indireta, com o desenvolvimento nacional, nos termos do art. 3º, Il da CR, pela oferta de mão de obra, pela oportunidade de qualificação desta e pela participação ao setor produtivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao meio social, de conformidade com o disposto no artigo 28 e seguinte da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, devendo os mesmos, atuarem nas dependências da Empresa Cooperada ou em locais e endereços previamente determinados e informados a Direção da Unidade Penal, nas execuções dos serviços de: Serviços Gerais Auxiliares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto os partícipes comprometem-se conjuntamente a envidar esforços e adotar, direta ou indiretamente, as ações para a realização do objeto constante na Cláusula Primeira e as atribuições definidas no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Cooperação.

Parágrafo primeiro: Compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP:

- 1. Figurar como **INTERVENIENTE**, mediando, supervisionando, analisando o referido Termo de Cooperação e Plano de Trabalho entre o DEPPEN e a Cooperada;
- 2. Sinalizar e especificar ao **DEPPEN**, se houver alguma alteração que seja necessária a ser realizada em todo o procedimento executado pelo DEPPEN;
- 3. Autorizar o prosseguimento do presente instrumento, se estiver de acordo com as normas exigidas, para que seja efetivado a ocupação laborativa dos apenados;
- 4. Publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná DIOE, o presente Termo de Cooperação, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 686 do Decreto Estadual n° 10.086/2022.

Parágrafo segundo: Compete ao Departamento de Polícia Penal - DEPPEN:

- Colocar à disposição da COOPERADA, por intermédio da CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA, entre 05 (cinco) e até 20 (vinte) presos;
- 2. Por se tratar de presos em regime fechado, o Estabelecimento Penal fará um rigoroso critério de seleção dos presos a serem utilizados nesse setor através da Comissão Técnica de Classificação, bem como fará visitas periódicas aos setores de trabalho externo, atendendo ao que determina o art. 36 da Lei de Execução Penal;





- 3. Comunicar, através do Estabelecimento Penal, o Juízo da Vara de Execuções Penais, da implantação e exercício das atividades laborais dos presos fora das dependências do Estabelecimento Penal;
- 4. Acompanhar, por meio do Estabelecimento Penal, os avanços ocorridos no preso, em seus aspectos moral, psíquico, econômico e social, gerando relatórios ao **DEPPEN**, que desenvolverá estudos de aprimoramento do trabalho do preso;
- 5. Avaliar por meio de relatório de frequência, controle de comparecimento e/ou produção, que será encaminhado pela COOPERADA para a Divisão de Ocupação e Qualificação DIOQ do Estabelecimento Penal, o cumprimento do objeto;
- 6. Emitir, por meio do **DEPPEN**, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado;
- 7. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento de Polícia Penal DEPPEN, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com o consequente desimplante dos presos, caso a COOPERADA não forneça a frequência mensal de comparecimento ou produção e/ou não efetue os pagamentos devidos ao DEPPEN, nos prazos estabelecidos neste Termo de Cooperação;
- 8. Designar gestor encarregado do acompanhamento da Cooperação, o qual deverá gerar relatórios detalhados ao **DEPPEN**, sempre que necessário, informando acerca de ocorrências e demais fatos de ajuste necessário ao bom andamento dos objetivos deste instrumento.

Parágrafo terceiro: Compete à Cooperada:

- 1. Garantir a fiel execução do objeto deste Termo de Cooperação;
- 2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no inciso I do parágrafo anterior, sob pena de, não o fazendo, ser rescindida a Cooperação;
- Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos;
- 4. Respeitar, ao utilizar presos do **Regime Fechado**, o limite de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra, conforme disposto no §1º do artigo 36 da Lei de Execução Penal;
- 5. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando o limite mínimo de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, conforme dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;
- 6. Adotar medidas que propicie a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelece o artigo 7°, inciso XXII, da CF/88;
- 7. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei n.º 7.210/84;
- Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho;

Endereço: Rua Maria Petroski, 3312 - Bairro Bacacheri - Curitiba - PR - Cep 82.590-100 Tel 41 3294-2974

3







- 9. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira do presente Termo, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, o fornecimento de matéria prima, máquinas e equipamentos de serviços, bem como programar e distribuir os serviços a serem executados;
- 10. Prestar total e imediata assistência ao preso, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento à unidade penal;
- 11. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e idoneidade;
- 12. Designar funcionário para o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços constantes do Plano de Trabalho, na proporção de 01 (um) funcionário para cada 25 (vinte e cinco) presos;
- 13. Remunerar os presos, nos termos da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84, em, ao menos, ¾ do salário-mínimo nacional vigente;
- 14. Emitir a frequência mensal de cada preso, contendo o quantitativo (em dias corridos) de comparecimento e/ou produção realizada, descontadas as ausências em período superior a 06 (seis) horas, independentemente do motivo, devendo a mesma estar disponibilizada para a Divisão de Ocupação e Qualificação DIOQ do Estabelecimento Penal até o último dia útil de cada mês, visando a elaboração da respectiva folha de pagamento;
- 15. Solicitar ao Estabelecimento Penal a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;
- **16.** Pagar, nos termos da Deliberação nº 001/2020 DEPPEN/PR, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ FUPEN**, **CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**,o equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional por preso implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 10% (dez por cento) do salário-mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, a título de taxa, revertida para programas de trabalho dos presos;
- 17. Poderá realizar, às suas expensas e dentro do horário de trabalho palestras mensais, totalizando 4 horas, as quais abordem assuntos relativos à profissionalização, educação formal e continuada, prevenção de doenças, prevenção de acidentes, além de outros de interesse dos presos, que tenham relação com o processo educativo e ressocializador da pena;
- 18. Indicar gestor próprio o qual estará encarregado de acompanhar a produção e gerar relatórios mensais acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os partícipes;





- 19. Comunicar, de imediato e por escrito, à Direção da Unidade, quaisquer anormalidades no procedimento do preso, tais como ausência injustificada ao local onde presta serviço, atrasos, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada;
- 20. Fornecer meio de transporte para os presos e ao servidor (quando for o caso), designado para manutenção da ordem, disciplina e da segurança;
- 21. Fornecer alimentação para os presos e ao servidor (quando for o caso) no horário de trabalho;
- 22. Observar as regras de segurança de trânsito se for proporcionado transporte aos presos;
- 23. Observar as regras de segurança de trânsito se for proporcionado transporte aos presos;
- 24. Providenciar o imediato retorno do preso à Unidade Penal em caso de paralisação dos serviços, comunicando o fato à Direção do estabelecimento prisional;
- **25.** Comunicar previamente à Direção da Unidade Penal qualquer alteração no local e horário de prestação de serviço.

Parágrafo quarto: Compete aos presos prestadores de serviço:

- 1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;
- 2. Ser assíduo e pontual;
- Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal e à vestimenta;
- 4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;
- 5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;
- 6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros e/ou orçamentários entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DO CHAMAMENTO

O presente instrumento não necessita de Chamamento Público, eis que se trata de **Termo de Cooperação**, e de acordo com o Decreto Estadual n° 10.086/2022 exige-se a necessidade de Chamamento Público quando o instrumento se tratar de **Convênio**.

Deste modo, o presente Termo de Cooperação é dispensado da obrigatoriedade de realização de Chamamento Público.







CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse de ambas as partes, respeitados os limites legais.

CLÁUSULA SEXTA - CARGA HORÁRIA

- 1. De conformidade com o art. 33, da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, a jornada diária de trabalho não será inferior a 06 (seis) horas, nem superior a 08 (oito) horas.
- 2. A carga horária não ultrapassará 44 (quarenta e quatro) horas semanais. (Art. 7º inciso XIII da CF/88 "Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais");
- 3. Caberá à Direção do Estabelecimento Penal, mediante solicitação formal da Cooperada, autorizar ou não o trabalho aos sábados, observando-se a carga horária limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- 4. Caberá a Divisão de Ocupação e Qualificação DIOQ da Unidade Penal, fiscalizar o cumprimento da carga horária dos presos quando solicitado trabalho aos sábados pela Cooperada.

CLÁUSULA SÉTIMA - METAS DO TERMO

- 1. Construir um ambiente favorável à boa convivência dos presos, despertando-nos mesmos a autoestima e a corresponsabilidade do tratamento entre os demais presos e com a sociedade;
- 2. Motivar pelo aprendizado de novos ofícios, condições favoráveis a sua sustentabilidade para seu retorno a sociedade, alcançando plena reinserção no mercado de trabalho;
- 3. Propiciar aos presos ambientes harmônico que estimule a solidariedade ajudando os seus companheiros no cumprimento de tarefas diárias e de suas penas;
- 4. Oportunizar a convivência familiar, estreitando os vínculos familiares, resgatando a união em família.

CLÁUSULA OITAVA – DA ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO

Os partícipes designarão gestores para organizar, acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestações da satisfatória realização do objeto do Termo de Cooperação.





- §1º. Pelo **DEPPEN** fica indicado como gestor da presente Cooperação o Senhor **JOÃO CARLOS LANGE**, Gestor da **CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA**, e como fiscal o Senhor **SILVINO JOSÉ MOLINA DE SOUSA**, Chefe Regional das Cadeias Públicas de Guarapuava.
- §2º. Dentre as obrigações a serem cumpridas por Gestor e Fiscal da cooperação, devem ser diligenciadas informações quanto ao recolhimento dos valores destinados aos presos, bem como ao Fundo Penitenciário do Paraná, devendo ser certificada tal informação mensalmente e registrada em autos próprios.
- §3. O Gestor e Fiscal da cooperação, em sendo celebrado, deverão verificar as obrigações conveniadas, especialmente aquelas que se referem ao recolhimento dos valores pagos aos presos e ao recolhimento da taxa ao Fundo Penitenciário do Paraná FUPEN, devendo tal adimplemento ser condicionante às subsequentes prorrogações do acordo e à celebração de novos Termos de Cooperação com a já cooperada.
- §4. Cabe ao gestor encarregado do acompanhamento da cooperação, facilitar ao DEPPEN e ao INTERVENIENTE todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhes efetuar inspeções *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Cooperação, nos termos art. 684, VIII e XI do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
- §5. Conceder o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública DEPPEN, do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Termo de cooperação, e aos locais de execução do objeto, nos termos do artigo 684, IX do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
- §6. Descrição das ações fiscalizatórias do objeto se dará por meio de quantidade de dias trabalhados, se está sendo cumprida a carga horária, e as demais determinações de responsabilidade da cooperada e dos apenados, descritas neste Termo na cláusula segunda.

CLÁUSULA NONA - DA REMUNERAÇÃO

Pelas atividades, os presos serão remunerados, ao menos, no equivalente a ¾ do salário-mínimo, nos termos do art. 29, caput, da Lei n.º 7.210/84, desde que cumprida a carga horária integral prevista neste instrumento.

§1º. O valor da remuneração poderá ser calculado com base na produção realizada por preso, conforme tabela definida pela Direção do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, observando o mínimo legal correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional vigente.







- §2°. Será autorizada a cobrança da parcela destinada ao FUPEN, taxa, das empresas cooperadas de 10% do salário-mínimo nacional (Conselho Diretor do Fundo Penitenciário / Deliberação Nº 001/2020 de 16 de dezembro de 2020).
- §3º. Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a cooperada deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.
- §4º. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, obrigatoriamente, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da empresa em dívida ativa do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

- A COOPERADA pagará, nos termos da Deliberação 001/2020 –DEPPEN/PR, ao FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ FUPEN, CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17, o equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional por preso implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma: 75% (setenta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso e 10% (dez por cento) do salário-mínimo nacional destinado ao FUPEN, a título de taxa, revertida para programas de trabalho dos presos.
- §1.º O **DEPPEN** emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.
- §2.º À COOPERADA caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos a ser pago ao Fundo Penitenciário do Paraná, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **DEPPEN** em um prazo superior a 07 (sete) dias após o vencimento, poderá motivar a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente.
- §3º. Ocorrendo o inadimplemento das obrigações relativas ao Fundo Penitenciário do Paraná, a cooperada deverá ser notificada pelo Gestor e Fiscal para realização dos pagamentos devidos no prazo de 30 (trinta) dias.
- §4º. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, Gestor e Fiscal deverão, obrigatoriamente, em até 7 (sete) dias, promover a inscrição da cooperada em dívida ativa do Estado.







CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DISTRATO E DA RESCISÃO

É facultado aos partícipes promover o distrato do presente Termo de Cooperação, a qualquer tempo, por mútuo consentimento.

Parágrafo único: nas hipóteses de descumprimento deste Termo ou da legislação que lhe é aplicável, é cabível a resilição unilateral por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, restando a cada partícipe, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA

Poderão os partícipes denunciar, a qualquer tempo, por escrito, o presente Termo, restando a cada participe a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a denúncia.

Parágrafo único. A denúncia deverá ser notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante a sua vigência, mediante Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, vedadas alterações que modifiquem substancialmente o seu objeto ou que contrariem as disposições da Lei de Execução Penal, Lei n.º 7.210/84.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica designado o Foro de Curitiba – PR, para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem do presente Termo de Cooperação.

E, por estarem de acordo, firmam as partes, por seus representantes, o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.





Curitiba, de	de
CEL. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA	OSVALDO MESSIAS MACHADO
Secretário de Estado da Segurança Pública	Diretor-Geral da Polícia Penal
OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO Prefeito do Município de Nova Londrina	JOÃO CARLOS LANGE Gestor da Cadeia Pública de Nova Londrina
TESTEMUNHAS:	
1. Nome: Boanerges Silvestre Boeno Filho CPF: 708.556.417–20	
2. Nome: Laercio Gaveliki	
CPF:045.690.879-06	





Documento: TERMODECOOPERACAON.263NOVALONDRINA.pdf.

Assinatura Qualificada realizada por: Boanerges Silvestre Boeno Filho em 23/08/2023 15:54, Otavio Henrique Grendene Bono em 28/08/2023 08:40.

Assinatura Avançada realizada por: Osvaldo Messias Machado (XXX.348.709-XX) em 23/08/2023 16:04 Local: DEP/GAB, João Carlos Lange (XXX.917.109-XX) em 23/08/2023 16:05 Local: DEP/CP/NL/PTG, Laercio Gaveliki (XXX.690.879-XX) em 23/08/2023 17:05 Local: DEP/DPD, Cel. Pm Rr Hudson Leôncio Teixeira (XXX.630.419-XX) em 29/08/2023 15:12 Local: SESP/GS.

Inserido ao protocolo 20.855.868-4 por: Boanerges Silvestre Boeno Filho em: 23/08/2023 15:53.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento com o código: 85b12aeffe8f8960cba85f579b39c896.



Secretaria da Segurança Pública

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA CORPO DE BOMBEIROS TCAC Nº 008/2023 - 95GBI

O Sr Hugo Yuhudi Nagassawa CPF nº 362.249.109-44, firmou com o 9º Subgrupamento de Bombeiros Independente o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 008/2023, com inicio em 22 de agosto de 2023 e término em 21 de agosto de 2026 e valor da ciáusula penal de R\$ 18.200,00, tendo como objeto a regularização da edilicação onde está instalada a empresa SOFTCOURÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTOA CNPJ 02.717.861/0001- 10, localizada na Rodovia PR 661, km 500, shi, Châcara Mika, Rural, na cidade de Paranavaí – PR, CEP 87.702-170, com ocupação 1-2 e área de 3.914.58 mº - 31/08/2023

94224/2023

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO

MINICÍPIO DE UMUARAMA Vicéncia: 29/03/2023 até 29/03/2025

Constitu objeto do presente Convêrio o estabelecimento de norman recíprocas de cooperação técnica e operacional entre as partes, visando recipiodas de cooperação ecrolida e operacional e enter as paries, visamizo à collaboração com a atividade de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, especialmente em relação ao combate das atividades de organizações criminosas com atuação na região de fronteira da circunscrição de Umuarama e de toda região Noroeste do Estado do Paraná, mais específicamente por meio da permanência das instalações da sede da agora 4º Companhia do Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Estado de Paraná, no Município de Umuarama, e não mais 2º Pelotão da 2º da Companhia. Assinado em 29/03/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ.

Protocolo n.º 26.808.115-2

Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua publicação O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação taborativa aos apenados do Sistema Pentenciáno do Estado do Parana que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, como forma de readaptação ao meio social, devendo os mesmos atuarem nas dependências da Empresa. Cooperada ou em locais e endereços previamente determinados e informados a Direção da Unidade Penal, nas execuções

dos serviços de Serviços Gerais Assinado em 29/08/2023.

BRITMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA. Protocolo n.º 20.812.199-5

Valor total: R\$ 172.500,00 (cento e setenta e dois mil e quinhentos

Vipência: 29/09/2023 até 29/09/2024

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de envelopes de segurança, lacres de segurança e sacos mortuário (cobre corpo) para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná — PCP, oriundo do pregão nº 13/2022 Assinado em 29/08/2023.

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

Proteccio n.º 18.715.510-0 Valor total: R\$ 3.485.999,00 (três milhões, quatrocentos e citenta

valor transitation de la novembra e nove reals)

Vigência: 29/08/2023 até 26/02/2024

O presente contrato tem por objeto, aquisição de equipamentos de radiocomunicação para o 17º Batainão de Polícia Militar no Município de São José dos Pinhais, oriundo pregão eletrônico nº 4016/2022

Assinado em 29/08/2025.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO.

Protocolo n.º 19.671.238-9

Vigência: 5 anos, entrando em vigor na data de publicação de seu texto em Diário Oficial do Estado.

cexto vim braino oricara de sesado.

O presente termo tem por objeto a cessão de uso de imóvel de firente pra
Rua Telmo Muller, nº 489, Bairro Centro, Município de Marmeleiro
distante 6 Km de Francisco Beltrão), com área de 800,00 m², objeto da
matrícula nº 444, lavrada pelo Registro de Imôvels de Marmeleiro,
Paraná, de propriedade do Município, em favor da SESP, destinado à
instalação do 3º Pelotão da 5º Cia do Batalhão de Policia Ambiental Força

Assinado em 29/06/2023

CLAUDIA GOMES DE SOUZA DISTRIBUIDORA ME Protocolo n.º 20.699,189-5

Valor total: R\$ 595.140,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta reais)

Vigência: 29/08/2023 até 28/08/2024

O presente contrato tem por objeto, aquisição de artigos de higiene pessoal, para atender as necessidades do Departamento de Polícia Penal DEPPEN, oriundo do pregão eletrônico nº 1713/2022.
 Assinado em 29/06/2023.

OSMAIR RODRIGUES EPP

Protocolo n.º 20.815.664-0

Protocolo n.º 20.415.6849,74 (trezentos e setenta mil selscentos e oltenta e nove reals e setenta e quatro centavos)

Este Termo Adrivo tem por objeto o acréscimo do valor do Contrato nº 0032/2023 — CMS Nº 0036/2023 em 25%, referente a aquisição de gêneros alimentícios para atonder as necessidades da 6º Companhia independente do 4º Comando Regional de Policia Militar – 4º CRPM, no elémaco Borba/PR Assinado em 29/08/2023.

RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Protocolo n.º 20.797,146-4

Valor total: R\$ 78.224,38 (setenta e oito mil duzentos e vinte e quatro rezis e trinta e oito centavos)

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do contrato nº 1097/2018 - GMS nº 307/2019, em aproximadamente 4,560/087%, referente à prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refelições transportadas para atender a demanda Penitenciária Central do Estado - Unidade de Segurança - PCE-US, Penitericlária Central do Estado - Unidade de Progressão - PCE - UP, Dinisão de Operações e Segurança - DOS, Central de Transporte de Piraquiara, Penitenciária Estadual Piraquiara - PEP, Penitenciária Estadual Piraquiara II - PEP II, Sede do Depen, Snoiter da PEP o Centro de Integração Social de Piraquiara.

Assinado em 29/08/2023.

PREFEITURA DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

Protocolo n.º 20,791,501-7

Vigência: 60 meses a partir de sua publicação O presente termo tem por objeto a cooperação técnica entre os participes, visando o atendimento ao Programa de Remição pela Leitura, conforme regulamentação disposta na lei 17.329/12, na Cadela Pública de Comeio

Assinado em 29/09/2023

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA.

Protocolo n.º 20.855.868-4

Protocolo n.º 20.855.854.45

Vigência: 60 meses a partir de sua publicação.

O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação absorativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao moio social, devendo os mesmos, atuarem nos dependências da Empresa Ocoperada ou em locais e endereços previamente determinados e informados a Direção da Unidade Penal, nas execuções dos serviços de Serviços Grania Austrana.

Assinado em 29/08/2023.

SUPERAR LTDA - ME.

Protocolo n.º 20.764,513-3

Protectio n.º 20. (44.010-3) Valor total: R\$ 36.756,61 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reals e sessenta e um centavos)

Seris realis e sesenta e un centavos. Vigência: 29/08/2023 até 28/08/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de ar-condicionado, para atender as necessidades do 5° Comendo Regional da Polícia Militar — 3° CRPM, orbundo do preçada eletrônico nº 1851/2022.

Assinado em 29/08/2023.

LS REFRIGERAÇÃO LTDA Protocolo n.º 20.764.513-3

Valor total: R\$ 19.420,88 (dezenove mil, quatrocentos e vinte reals

e ottenta e cito centavos)

Vigência: 28/09/2023 atti 28/08/2024

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de ar-condicionado, para atender as necessidades do 3º Comando Regional da Polícia Militar - 3º CRPM, orundo do pregão eletrônico nº 1851/2022 Assinado em 29/06/2023.

IZAC NUNES DA SILVA. Protocolo n.º 20.762.244-3

Vigência: publicação até 27/86/2024
O presente instrumento fem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal para proporcionar ocupação laborativa aos apenados do Sistema Penal do Estado do Paraná, como forma de readaptação ao melo social, na execução das seguintes atividades. Serviços gerais de distribuição de alimentos, servimento das refeições aos agentes públicos e presos, impeza das embalagens de alumínto e demais embalagens, recolhendo as sobras das refeições, ensacando-as, separadamente dos demais residuos, além de serviços de carga e descarga do caminhão, rigienização do refeitório (quando possível) e distribuição das refeições dos resoles.

Assinado em 29/09/2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO JOÃO SOARES FRAGOSO"

Praça da Matriz, 261 – Fone-Fax (044) 3432-8500 – Centro CEP: 87970-000 – **NOVA LONDRINA - PARANÁ** pmnl@novalondrina.pr.gov.br

Ofício n.º 231/2024

Nova Londrina, 29 de maio de 2024.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente solicitar a Vossa Excelência a convocação de uma Sessão Extraordinária desta Câmara Municipal para apreciação do seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 059/2024 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.610/2023, E SOBRE A INCLUSÃO DA META DE TRABALHO NA LEI Nº 3.338/2021, DO PPA 2022 A 2025, E NA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI MUNICIPAL Nº 3.598/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI Nº 060/2024 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.610/2023, E SOBRE A INCLUSÃO DA META DE TRABALHO NA LEI Nº 3.338/2021, DO PPA 2022 A 2025, E NA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LEI MUNICIPAL Nº 3.598/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Com a devida vênia, solicitamos a Vossa Excelência que após analisado a matéria do Projeto de Lei, seja concedida a aprovação do referido Projeto de Lei, dispensando o prazo de interstício,com urgência simples.

Pela atenção dispensada, reitero a V.Exas. os nossos votos de apreço

e consideração.

Atenciosamente,

OTAVIO HENRIQUE GRENDENE BONO

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

VALDIR JOÃO ROSINSKI

DD. Presidente em Exercício da Câmara Municipal

NOVA LONDRINA - Paraná

2 9 MAID 2024

Affinel Picherry Maller